

Freitas, Rogério Edivaldo

Working Paper

Importações agropecuárias Brasileiras: Uma avaliação dos produtos líderes no período 1989-2012

Texto para Discussão, No. 1970

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Freitas, Rogério Edivaldo (2014) : Importações agropecuárias Brasileiras: Uma avaliação dos produtos líderes no período 1989-2012, Texto para Discussão, No. 1970, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/121706>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1970

TEXTO PARA DISCUSSÃO

IMPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS: UMA AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS LÍDERES NO PERÍODO 1989-2012

Rogério Edivaldo Freitas



1970

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Brasília, maio de 2014

IMPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS: UMA AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS LÍDERES NO PERÍODO 1989-2012

Rogério Edivaldo Freitas*

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea. O autor agradece os comentários de Graziela Ferrero Zucoloto, Gesmar Rosa dos Santos, Luiz Dias Bahia, Fabiano M. Pompermayer e Mansueto F. de Almeida Júnior em seminário de debate no Ipea, eximindo-os dos erros remanescentes.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente, Substituto

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 DADOS E METODOLOGIA..... 8

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO 11

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 22

REFERÊNCIAS 24

APÊNDICE 27

SINOPSE

O objetivo principal deste estudo foi mapear que produtos agropecuários foram constante ou regularmente importados pelo Brasil no período 1989-2012. Cotejando-se as importações agropecuárias com as importações totais brasileiras – com base em instrumental estatístico básico –, é possível observar custo decrescente das importações agroalimentares em face das despesas totais de importações no Brasil. Ademais, observou-se grande incidência de importações para as classes dos produtos hortícolas, cereais, frutas e óleos animais ou vegetais, secundados pelas importações de leite e laticínios, bebidas e vinagres, animais vivos, carnes e miudezas, sementes e oleaginosos, preparações de hortícolas e preparações alimentícias. Continuidades do estudo incluem diversas iniciativas, entre as quais, por exemplo, efetivar levantamento equivalente em nível dos insumos empregados pelas unidades produtivas a jusante das cadeias agroindustriais. De igual modo, seria útil investigar se vale a pena o Brasil ampliar sua produção interna nos produtos em que foram constatadas importações intermitentes.

Palavras-chave: agropecuária; importações; Brasil.

ABSTRACT

The main goal of the study was to map food products that are constant or regular in Brazilian imports during 1989-2012 periods. Analyzing Brazilian agricultural imports face to Brazilian total imports it is possible to observe a decreasing cost of food imports in terms of Brazilian imports. Moreover, the study highlights big share of specific products in Brazilian agricultural imports, that is, at first, edible vegetables and certain roots, cereals, edible fruits and nuts, and animal or vegetable fats and oils; at second, dairy products, beverages, spirits and vinegar, live animals, meat and edible meat offal, oil seeds and oleaginous fruits, preparations of vegetables, and miscellaneous edible preparations. Future questions can include, for example, similar analyses at level of agricultural inputs employed in Brazil. Moreover, it would be useful to investigate if it is worth for Brazil boost internal production in the case of non-regular imports of foods.

Keywords: farming and cattle raising; imports; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

No cenário mundial do século XXI, tanto a produção de alimentos e de fibras quanto a de energia são questões inescapáveis. Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) (UN, 2011) sugerem que, em 2050, a população mundial estará em torno de 11 bilhões de pessoas. Mormente, os aumentos de renda *per capita* e das taxas de urbanização nos países em desenvolvimento – sobretudo na Ásia e na África – podem acelerar as demandas internacionais por alimentos, seus processados e fontes de energia ambientalmente preservativas diante do uso de combustíveis fósseis.

Estudos clássicos dedicados à economia agrícola no Brasil (Castro, 1969; Marcondes, 1995; Homem de Mello, 1999) já haviam discutido as funções centrais da agricultura no sistema econômico e, entre estas, a provisão de alimentos e seus processados para os consumidores domésticos e os setores a jusante, no sentido de garantir segurança alimentar à sociedade.

Recentemente, no caso brasileiro, observou-se que os indicadores do nível de preços apresentaram crescimento de maior magnitude para os itens alimentares, consoante se nota pelos dados oferecidos à tabela 1, a partir da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 1
Elevação do nível de preços em indicadores selecionados: média anual (2000-2012)
(Em %)

Indicador de preços	Média anual	Desvio-padrão
IPC ¹ /Fipe – grupo alimentação (RMSP) ²	7,27	5,49
INPC ³ /IBGE – alimentos e bebidas	8,10	5,95
IPCA ⁴ /IBGE – alimentos e bebidas	8,01	5,08
IPCA/IBGE – geral	6,57	2,50

Fonte: Fipe (2013) e IBGE (2013a; 2013b).
Elaboração do autor.

Nota: ¹ Índice de Preços ao Consumidor.

² Região Metropolitana de São Paulo.

³ Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

⁴ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Nota-se que a expansão dos preços de alimentos e bebidas no conceito do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE foi superior à ampliação deste índice para o conjunto dos preços da economia. Além disso, as oscilações de preços também são maiores no contexto de alimentos e bebidas que no âmbito da cesta geral de consumo. Estes são resultados naturais em função dos aspectos climáticos e ambientais a que a produção agropecuária se vê regularmente sujeita.

Considerada a importância do indicador-meta de inflação para a estabilidade macroeconômica do país e até mesmo para a segurança política e distributiva interna, é importante ter em mente mecanismos que possam contrabalançar movimentos ascensionistas espasmódicos dos preços setoriais que pressionam o indicador-meta.

As importações de produtos agropecuários podem estar atuando nesse sentido, ainda mais no caso brasileiro, para o qual se tem verificado queda de participação dos gastos com importações agropecuárias nas despesas totais de importações (Freitas, 2012).

Muitos são os estudos que debatem a modernização e os ganhos de produtividade e competitividade da produção agropecuária local, com impactos na obtenção de espaço nos mercados mundiais e, também, no aumento de participação da oferta nacional na disponibilidade interna de alimentos. Exemplos nesta direção são Alves e Contini (1992), Barros (1999) e Vieira *et al.* (2001). Neste sentido, os mercados agrícolas complementares à oferta local podem ser funcionais para a regularização da oferta interna de alimentos.

Uma ressalva necessária nesse aspecto diz respeito à importância dos saldos comerciais positivos gerados pelas transações externas de bens agropecuários para a balança comercial e o equilíbrio macroeconômico local. Aumentos dos gastos com importações agropecuárias – tudo o mais constante – reduziriam o saldo comercial agropecuário,¹ com menor folga de divisas nas contas externas do país e com possíveis rebatimentos de médio-longo prazos sobre variáveis da política macroeconômica.

Destarte, o objetivo do estudo é mapear que produtos agropecuários são constante ou regularmente importados pelo Brasil. Subsidiariamente, pretende-se identificar as eventuais vulnerabilidades associadas.

2 DADOS E METODOLOGIA

Os dados utilizados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (Brasil, 2013) e compreendem informações anuais do período 1989-2012. Utilizou-se a definição de produto agrícola delineada no Acordo Agrícola da Rodada do Uruguai. Esta taxonomia foi um dos produtos resultantes do esforço de construção

1. Sob esse aspecto, é válido lembrar da importância da balança comercial para o equilíbrio macroeconômico de curto prazo. Conforme já apontavam Bonelli e Malan (1976), a capacidade de geração de divisas por meio de exportações é pelo menos tão importante quanto a eventual capacidade de "poupar" divisas substituindo importações por produção doméstica.

de comércio agropecuário mais livre e é resultado de intenção da comunidade internacional, que foi simultâneo à formação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Há outras categorizações versando sobre o que seria o produto agropecuário na produção econômica e/ou nos fluxos comerciais; porém, dois elementos advogam a favor da definição adotada. Em primeiro plano, trata-se de categorização em boa medida referendada pelos países integrantes da OMC.² Ademais – e por consequência –, os próprios países, em regra, negociam acordos comerciais com base nas categorias de produtos definidos no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), caso dos itens definidos no acordo agrícola.

Os produtos selecionados conforme esse critério constam da tabela 2, e tal categorização inclui produtos já processados em atividades industriais, a exemplo de álcoois industriais (SH29) e vinhos (SH22).

TABELA 2
Códigos SH do Acordo Agrícola da Rodada do Uruguai

Capítulos SH	Itens
1 e 2	Todos
4 a 24	Todos – exceto peixes e suas preparações
29	2905.43 e 2905.44
33	33.01
35	35.01 a 35.05
38	3809.10 e 3823.60
41	41.01 a 41.03
43	43.01
50	50.01 a 50.03
51	51.01 a 51.03
52	52.01 e 52.03
53	53.01 e 53.02

Fonte: WTO (2011).
Elaboração do autor.

A estratégia metodológica baseia-se em ideias discutidas em Bussab e Morettin (1987) e Sartoris (2003).³ Neste âmbito, compatibilizada a base de dados, a estratégia metodológica teve como base o seguinte tratamento dos dados.

2. Até junho de 2013, a Organização Mundial do Comércio (OMC) contava com 159 países-membros (WTO, 2013).

3. Até mesmo outras ferramentas, usadas em textos com desenvolvimentos posteriores, se baseiam na ideia de quartis de distribuição para melhor compreender um fenômeno em observação. Ver, por exemplo, Gujarati (1995, p.143). Neste estudo, empregou-se esta norma, tanto pelo seu aspecto intuitivo como por ser operacionalizada nas apresentações teóricas e aplicadas das referências citadas.

- 1) Totalização das importações agropecuárias e totais em cada ano da série.
- 2) Cálculo de estatísticas básicas nos conceitos de importações agropecuárias e importações totais. As estatísticas consolidadas são elencadas a seguir.
 - média: a soma das observações dividida pelo número destas;
 - mediana:⁴ o valor que ocupa a posição central da série de observações quando estas estão ordenadas segundo suas grandezas – crescente ou decrescentemente;
 - desvio-padrão: a raiz quadrada positiva da variância, que, por sua vez, é expressa como o desvio quadrático médio de uma série de dados;
 - coeficiente de variação (CV): valor dado pela razão entre o desvio-padrão e a média;
 - primeiro quartil (Q1): valor que delimita os 25% primeiros registros da variável quando ordenada decrescentemente;
 - terceiro quartil (Q3): valor que delimita os 25% primeiros registros da variável quando ordenada crescentemente;
 - N: número de alíneas no nível SH8;
 - parcela devida ao primeiro decil: participação nas despesas de importações das alíneas que compõem o decil superior de despesas de importação, quando as alíneas SH8 são ordenadas decrescentemente;
 - máximo: valor da alínea SH8 com maior nível de despesas de importações;
 - mínimo: valor da alínea SH8 com menor nível de despesas de importações;
 - intervalo interquartil (D_j): corresponde à diferença entre Q3 e Q1.⁵
- 3) Seleção do primeiro decil de alíneas SH8, com maiores valores de importação, ano a ano, nas importações agropecuárias.
- 4) Mensuração da regularidade de presença das alíneas SH8 do item anterior, ao longo do intervalo 1989-2012. Esta mensuração pode ser obtida pelo cálculo do total de anos em que as respectivas importações foram realizadas.
- 5) Com base nas etapas anteriores, propõe-se classificar os grupos de produtos baseados na sua regularidade de importações para o período 1989-2012, nos seguintes termos:

4. A própria comparação entre média e mediana pode ser útil para cotejar as importações agropecuárias e as importações totais. Valores de média superior à mediana tendem a sugerir a presença de elementos-pico na distribuição. Esta ideia é comumente citada em trabalhos que mensuram proteção tarifária. Uma referência inicial neste tema é Gibson *et al.* (2001).

5. Outros estudos apresentam diferentes indicadores para a mensuração de desempenho em fluxos comerciais. Ver, por exemplo, Balassa (1965), Hidalgo, (1998), Lafay (1990) e Gutman e Miotti (1996).

- produtos/alíneas agropecuárias de importação *contínua*: com importações em todos os 24 anos observados;
- produtos/alíneas agropecuárias de importação *frequente*: com importações em, no mínimo, dezoito anos e em, no máximo, 23 anos da série – ou seja, em, ao menos, 75% dos anos avaliados;
- produtos/alíneas agropecuárias de importação *irregular/pendular*: com importações em, no mínimo, doze anos (50% dos anos avaliados) e em, no máximo, dezessete anos da série;
- produtos/alíneas agropecuárias de importação *de suprimento*:⁶ com importações em, no máximo, onze anos da série e em, no mínimo, seis anos da série; e
- produtos/alíneas agropecuárias de importação *ocasional*: com importações em, no máximo, cinco anos da série.

Os comentários dos subitens precedentes estão sumarizados no quadro 1.

QUADRO 1
Perfil de importações agropecuárias brasileiras (SH)

Fluxo de importações (anos)	Característica
24	Importação contínua
[18; 23]	Importação frequente
[12; 17]	Importação pendular
[6; 11]	Importação de suprimento/sazonais
[0; 5]	Importação ocasional

Fonte: Bussab e Morettin (1987) e Sartoris (2003).
Elaboração do autor.

Esse último procedimento objetiva categorizar os resultados comerciais dos grupos de produtos – ao longo do intervalo de tempo em tela –, com base na ideia de quartis de distribuição, conforme o total de anos em que um grupo de produtos compôs o primeiro decil – em valores – de importações agropecuárias, e ampara-se nas discussões presentes em Bussab e Morettin (1987) e Sartoris (2003).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as informações do gráfico 1, embora exista visível tendência de crescimento das despesas com importações agropecuárias, a participação da agropecuária nas

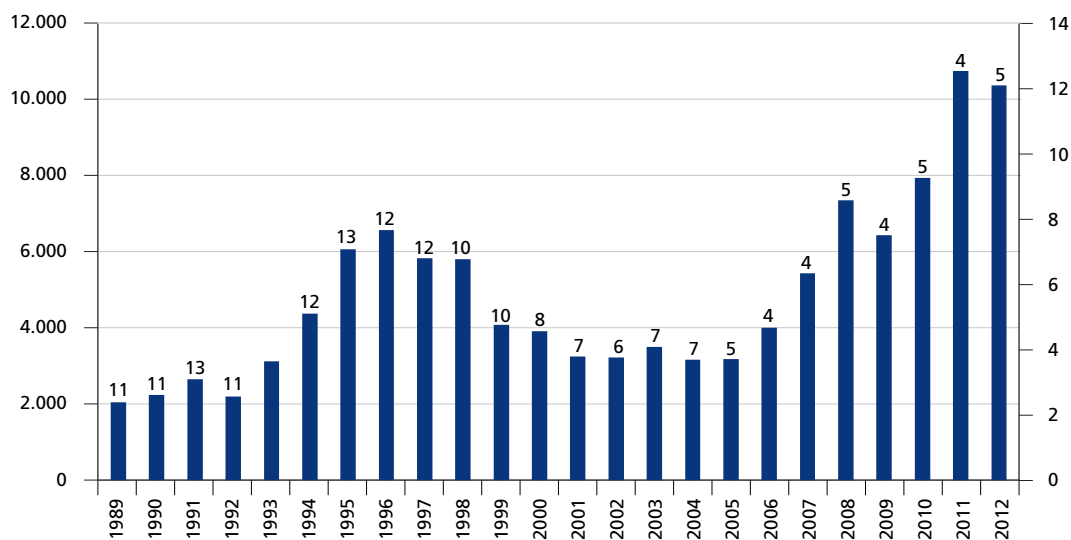
6. Mediadas por questões sazonais, por exemplo.

importações totais tem sido decrescente entre 1989 e 2012, situando-se no nível médio de 8%, para tal período.

Esses resultados, indiretamente, já haviam sido detectados em Vieira *et al.* (2001). Os autores analisaram 59 atividades da produção agropecuária no Brasil, tendo concluído que em 39 casos o coeficiente de proteção efetiva era menor que a unidade, o que demonstrava o elevado grau de abertura e condição de competição da produção agropecuária local.

Também é notável que os subperíodos 1992-1996 e 2004-2012 sugerem gastos ascendentes nas compras internacionais de bens agropecuários pela economia brasileira, fato não verificado de 1997 a 2003. Entre os anos, o crescimento médio de despesas em importações agropecuárias foi da ordem de 9%.⁷

GRÁFICO 1
Importações agropecuárias e participação das importações agropecuárias nas importações totais (1989-2012)
(Em US\$ milhões correntes e %)



Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

7. Sob esse aspecto, cumpre assinalar que – durante a década de 1990, até mesmo nas previsões mais otimistas – havia indícios de um equilíbrio precário entre a oferta e a procura de alimentos no Brasil (Carvalho Filho, 1995, p.191). Esta questão, contudo, passaria a ser vista de forma mais positiva em nível mundial – conquanto ainda imersa em desafios – na década de 2000 (Johnson, 2000). Na atualidade – e após os substanciais processos de mudança que alteraram a estrutura da economia brasileira desde aquele momento (Barros e Goldenstein, 1997) –, faz mais sentido pensar-se no caráter complementar das importações agropecuárias, em termos do suprimento interno de alimentos.

Em relação às estatísticas básicas calculadas para as importações de bens agropecuários entre 1989 e 2012, algumas características merecem ser destacadas, conforme a tabela 3.

- 1) Há queda abrupta no número de alíneas agropecuárias a contar de 1996, provavelmente em decorrência da transição taxonômica no que concerne à Nomenclatura Brasileira de Mercadorias-Nomenclatura Comum do Mercosul (NBM-NCM).⁸
- 2) Nota-se trajetória descendente da concentração das importações agropecuárias, consoante o declínio participativo do primeiro decil (D1, em porcentagem)⁹ na pauta agropecuária importada pelo Brasil entre 1989 e 2012. Todavia, esta concentração ainda é superior à dos dados correspondentes para as importações brasileiras totais.
- 3) O CV apresentou-se declinante no interlúdio observado, evidenciando menor dispersão relativa entre os valores importados pelas alíneas SH8 agropecuárias, hoje registrando valor histórico (média 1989-2012) para a série igual a 7.
- 4) No subperíodo 1995-2012, que compreende o atual padrão monetário (reais),¹⁰ o valor médio do produto importado agropecuário cresceu cerca de 10% ao ano (a.a.).

TABELA 3

Estatísticas básicas das importações agropecuárias (1989-2012)

Anos	Média (US\$)	Mediana (US\$)	DP (US\$)	CV	Q1 (US\$)	Q3 (US\$)	N	D1 (%)	Máximo (US\$)	Mínimo (US\$)	Dj (US\$)
1989	2.617.863	64.220	13.949.970	5	5.460	438.370	785	91	210.905.102	2	432.910
1990	2.558.501	59.945	15.010.163	6	6.017	427.065	878	92	295.029.366	2	421.048
1991	2.725.367	52.800	19.764.946	7	7.003	377.916	977	93	454.563.511	9	370.913
1992	2.225.837	40.165	19.794.495	9	4.730	349.730	989	92	541.529.782	1	345.000
1993	2.949.362	46.982	30.932.896	10	5.507	429.248	1.063	93	725.875.032	1	423.741
1994	3.616.300	66.107	30.501.580	8	13.215	534.120	1.213	93	748.739.144	10	520.905

(Continua)

8. Leva em conta a transição de códigos comerciais entre a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), no período 1989-1996, e a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), no período 1996-2012. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (Brasil, 2012), ambas as nomenclaturas tiveram por base o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), que é formado pelos seis primeiros dígitos da nomenclatura. Na NBM, o Brasil adotava dez dígitos, visto que criou quatro além do padrão internacional do SH. Para a composição da NCM, os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) consolidaram a classificação em oito dígitos, ao acrescentarem mais dois dígitos de identificação de mercadorias.

9. Em ordem decrescente de valor gasto com as respectivas importações.

10. Em 1994, houve dois padrões monetários na economia brasileira, o cruzeiro real e o real. Destarte, optou-se por 1995, pois este foi o primeiro ano integralmente vigente sob o padrão monetário atual.

(Continuação)

Anos	Média (US\$)	Mediana (US\$)	DP (US\$)	CV	Q1 (US\$)	Q3 (US\$)	N	D1 (%)	Máximo (US\$)	Mínimo (US\$)	Dj (US\$)
1995	4.696.558	136.824	34.827.887	7	15.828	933.127	1.296	90	908.437.517	3	917.299
1996	5.190.411	149.460	39.871.617	8	19.096	1.038.154	1.270	90	884.862.975	4	1.019.059
1997	7.192.487	395.787	36.317.815	5	56.433	2.434.648	813	84	698.187.657	3	2.378.215
1998	7.326.261	438.944	38.169.001	5	65.391	2.737.368	795	84	804.226.976	6	2.671.977
1999	5.350.068	352.877	34.243.437	6	55.088	1.840.066	765	85	826.340.753	10	1.784.978
2000	5.103.377	336.281	34.706.801	7	50.028	1.762.374	770	85	855.378.556	11	1.712.346
2001	4.399.166	314.928	33.891.827	8	42.219	1.554.624	740	84	868.969.037	29	1.512.405
2002	4.388.847	266.463	34.416.262	8	36.709	1.491.890	736	84	872.738.039	4	1.455.181
2003	4.833.990	198.183	39.998.050	8	30.317	1.550.378	727	87	1.006.254.655	4	1.520.061
2004	4.340.152	221.185	29.509.839	7	33.812	1.614.911	731	85	728.565.192	5	1.581.099
2005	4.408.056	254.453	26.825.629	6	32.238	1.853.443	724	82	647.312.742	5	1.821.205
2006	5.624.773	342.302	39.573.105	7	42.584	1.969.726	715	84	988.126.449	22	1.927.142
2007	7.628.382	461.782	55.644.814	7	59.603	2.634.526	715	85	1.388.773.468	14	2.574.923
2008	10.369.318	546.240	76.026.180	7	81.294	3.566.082	711	85	1.871.597.243	3	3.484.789
2009	8.887.840	446.771	52.963.623	6	54.550	3.464.210	726	83	1.205.919.826	21	3.409.660
2010	10.912.016	637.320	64.031.999	6	80.823	4.628.738	730	82	1.521.169.802	12	4.547.914
2011	14.896.017	882.570	80.176.594	5	105.724	6.007.508	724	83	1.832.271.164	5	5.901.784
2012	13.619.358	768.619	73.265.117	5	90.118	5.440.033	764	83	1.721.043.371	27	5.349.916

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

Ao mesmo tempo, no que se refere às importações totais – cujas estatísticas fundamentais são apresentadas na tabela 4 –, algumas informações, de igual modo, merecem destaque, conforme especificado a seguir.

- 1) A redução verificada no número de alíneas agropecuárias a contar de 1996 também ocorreu no caso das importações totais, o que reforça a hipótese de diminuição de alíneas associada à transição taxonômica NBM-NCM. Contudo, o número de alíneas totais nas importações agregadas é praticamente estável desde 1997.
- 2) A concentração das importações agregadas, em termos da participação devida ao primeiro decil (na casa dos 80%), mostra-se praticamente estabilizada desde 2000.
- 3) O CV – ao medir a dispersão relativa das importações totais – vem declinando notadamente desde 1994, hoje apresentando valor histórico igual a 10.
- 4) No subperíodo 1995-2012, o valor médio do produto importado cresceu em torno de 15% a.a.

TABELA 4
Estatísticas básicas das importações totais (1989-2012)

Anos	Média (US\$)	Mediana (US\$)	DP (US\$)	CV	Q1 (US\$)	Q3 (US\$)	N	D1 (%)	Máximo (US\$)	Mínimo (US\$)	Dj (US\$)
1989	2.076.806	146.790	37.314.703	18	18.841	786.122	8.794	83	3.389.679.720	1	767.281
1990	2.213.085	143.395	45.975.493	21	18.263	815.345	9.336	84	4.354.123.802	1	797.082
1991	2.138.477	137.776	35.655.635	17	16.544	796.966	9.839	84	3.370.600.462	2	780.422
1992	2.086.286	121.813	32.933.313	16	14.106	758.124	9.852	84	3.068.823.884	1	744.018
1993	2.478.508	148.139	27.354.758	11	17.016	905.034	10.190	84	2.138.522.912	1	888.018
1994	3.128.009	202.132	29.399.099	18	24.966	1.137.315	10.575	84	2.339.157.755	1	1.112.349
1995	4.517.846	340.226	36.081.161	8	45.184	1.828.715	11.061	82	2.589.531.888	1	1.783.531
1996	7.686.710	977.282	55.186.203	7	173.840	4.058.743	6.940	77	3.461.160.564	1	3.884.903
1997	7.060.651	948.057	48.909.658	7	161.996	3.853.246	8.462	76	3.142.914.624	2	3.691.251
1998	6.831.064	940.211	40.168.317	6	153.363	3.962.021	8.456	75	1.957.915.496	2	3.808.658
1999	5.893.086	722.366	35.821.553	6	120.215	3.156.263	8.366	77	2.170.349.406	3	3.036.048
2000	6.654.434	749.441	48.274.648	7	124.907	3.238.721	8.393	79	3.189.857.936	1	3.113.814
2001	6.628.726	735.715	47.389.791	7	119.484	3.321.913	8.388	78	3.194.152.127	1	3.202.429
2002	5.524.810	573.838	43.955.230	8	82.884	2.772.084	8.551	78	3.247.504.078	3	2.689.200
2003	5.749.631	588.032	49.475.034	9	82.081	2.731.560	8.405	79	3.801.622.864	4	2.649.479
2004	7.402.004	707.913	80.604.106	11	94.964	3.323.741	8.489	80	6.771.586.941	2	3.228.777
2005	8.648.693	821.765	92.274.483	11	108.234	3.991.660	8.510	80	7.666.777.912	2	3.883.426
2006	10.699.295	1.022.933	112.377.109	11	141.856	4.688.279	8.538	81	9.080.767.811	2	4.546.424
2007	13.641.421	1.174.951	146.193.512	11	148.250	5.857.261	8.842	81	11.988.853.574	2	5.709.011
2008	20.239.238	1.783.005	211.024.719	10	242.956	8.605.985	8.547	82	16.389.131.943	1	8.363.030
2009	14.905.163	1.485.234	123.617.361	8	196.927	7.051.432	8.569	79	9.185.732.916	1	6.854.505
2010	21.020.092	1.939.188	161.178.306	8	248.792	9.917.946	8.647	80	10.092.805.968	2	9.669.154
2011	26.212.537	2.359.050	221.537.535	8	310.786	11.706.128	8.631	80	14.080.678.816	5	11.395.342
2012	25.553.009	2.272.379	207.202.454	8	294.349	11.632.371	8733	80	13.405.739.345	12	11.338.022

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

Com base nos valores apresentados nas tabelas 3 e 4, é possível calcular a razão *agropecuária/total* para as estatísticas calculadas. Os dados correspondentes estão elencados na tabela 5.

A primeira observação refere-se à substantiva queda do valor médio das importações agropecuárias diante do valor médio das importações totais. Este resultado declinou de 1,26 em 1989 para 0,53 ao longo do período avaliado, registrando-se em 2012 uma queda da ordem de 58% (frente a 1989) e de 35% frente à média da série (0,82).

Curiosamente, a proporção de alíneas agropecuárias nas importações agregadas flutua em torno da marca histórica (1989-2012) de 10% das alíneas totais de importações brasileiras.

Também a razão *agropecuária/total* do CV evidencia menor dispersão relativa para as importações agropecuárias, ou, de outra forma dito, parece haver maior constância ou regularidade dos níveis de despesas nas alíneas de importações agropecuárias que no conjunto de alíneas que registram importações para a economia brasileira.

TABELA 5
Razão agropecuária/total dos indicadores selecionados (1989-2012)

Anos	Média	Mediana	DP	CV	N (%)	Máx.	Mín.	Dj
1989	1,26	0,44	0,37	0,30	9	0,06	2,00	0,56
1990	1,16	0,42	0,33	0,28	9	0,07	2,00	0,53
1991	1,27	0,38	0,55	0,43	10	0,13	4,50	0,48
1992	1,07	0,33	0,60	0,56	10	0,18	1,00	0,46
1993	1,19	0,32	1,13	0,95	10	0,34	1,00	0,48
1994	1,16	0,33	1,04	0,47	11	0,32	10,00	0,47
1995	1,04	0,40	0,97	0,93	12	0,35	3,00	0,51
1996	0,68	0,15	0,72	1,07	18	0,26	4,00	0,26
1997	1,02	0,42	0,74	0,73	10	0,22	1,50	0,64
1998	1,07	0,47	0,95	0,89	9	0,41	3,00	0,70
1999	0,91	0,49	0,96	1,05	9	0,38	3,33	0,59
2000	0,77	0,45	0,72	0,94	9	0,27	11,00	0,55
2001	0,66	0,43	0,72	1,08	9	0,27	29,00	0,47
2002	0,79	0,46	0,78	0,99	9	0,27	1,33	0,54
2003	0,84	0,34	0,81	0,96	9	0,26	1,00	0,57
2004	0,59	0,31	0,37	0,62	9	0,11	2,50	0,49
2005	0,51	0,31	0,29	0,57	9	0,08	2,50	0,47
2006	0,53	0,33	0,35	0,67	8	0,11	11,00	0,42
2007	0,56	0,39	0,38	0,68	8	0,12	7,00	0,45
2008	0,51	0,31	0,36	0,70	8	0,11	3,00	0,42
2009	0,60	0,30	0,43	0,72	8	0,13	21,00	0,50
2010	0,52	0,33	0,40	0,77	8	0,15	6,00	0,47
2011	0,57	0,37	0,36	0,64	8	0,13	1,00	0,52
2012	0,53	0,34	0,35	0,66	9	0,13	2,25	0,47

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

Outro ponto notável é que a razão entre a média e a mediana das séries é menor no caso das importações totais.¹¹ Assim, coloca-se uma possível questão para investigações futuras: seria isto evidência de maiores picos de gastos em importações agropecuárias?

Isso posto, os itens 3 e 4 da metodologia permitiram identificar as alíneas SH8 com maiores valores de despesas, ano a ano, nas importações agropecuárias e, em seguida, medir a regularidade de presença destas alíneas ao longo do intervalo 1989-2012. Com base neste procedimento, foram selecionadas 95 mercadorias, posicionadas como as mais importadas em termos de valor, em universo de cerca de 848 alíneas SH8 agropecuárias e 8.880 alíneas SH8 da pauta importadora total.

Neste universo, observa-se grande incidência de importações para as classes dos produtos hortícolas (NCM07), cereais (NCM10), das frutas (NCM08) e dos óleos animais ou vegetais (NCM15). Num segundo patamar, não podem ser desconsideradas as importações de leite e laticínios (NCM04),¹² bebidas e vinagres (NCM22), animais vivos (NCM01), carnes e miudezas (NCM02), sementes e oleaginosos (NCM12), preparações de hortícolas (NCM20) e preparações alimentícias (NCM21).

Os comentários precedentes fazem parte das informações ilustradas na tabela 6.¹³

TABELA 6
Capítulos (NCM2) mais representativos nas importações brasileiras (D1) (1989-2012)

Descrição NCM2	Ocorrências
Produtos hortícolas (NCM 07)	11
Cereais (NCM 10)	11
Frutas (NCM 08)	8
Óleos animais ou vegetais (NCM 15)	8
Leite e laticínios (NCM 04)	6
Bebidas e vinagres (NCM22)	6
Animais vivos (NCM01)	4
Carnes e miudezas (NCM02)	4

(Continua)

11. A razão média/mediana para a série de importações totais foi de 11, enquanto para as importações agropecuárias foi de 27.
12. No caso particular do leite em pó, Siqueira *et al.* (2012) mostraram a existência de possibilidades de crescimento da produção doméstica, desde que medidas sistêmicas sejam adotadas para melhor posicionamento brasileiro no mercado lácteo mundial. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar o fato de que determinadas importações – como as de lácteos – podem contar com a participação de oferta externa subsidiada ou serem circunstancialmente encorajadas por sobrevalorizações da moeda local (Santo, 2010, p.70).

13. A abertura NCM em oito dígitos de desagregação encontra-se no apêndice (quadro A.1) do estudo.

(Continuação)

Descrição NCM2	Ocorrências
Sementes e oleaginosos (NCM12)	4
Preparações de hortícolas (NCM20)	4
Preparações alimentícias (NCM21)	4
Gomas e resinas vegetais (NCM13)	3
Tabaco e manufaturados (NCM24)	3
Óleos essenciais e resinoides (NCM 33)	3
Algodão (NCM52)	3
Outros itens de origem animal (NCM05)	2
Malte, amidos e féculas (NCM 11)	2
Cacau e preparações (NCM 18)	2
Resíduos de indústrias alimentares (NCM 23)	2
Peles e couros (NCM41)	2
Café e mates (NCM09)	1
Preparações de cereais (NCM19)	1
Outras fibras têxteis vegetais (NCM53)	1
Total	95

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

De outra parte, em linha com o item 5 e tabela 2, da metodologia, foram caracterizadas as mercadorias com base na regularidade de importações verificadas nos 24 anos analisados pelo estudo.

Na categoria de importações contínuas devem ser realçados os cereais (NCM10)¹⁴ e as frutas (NCM08),¹⁵ que responderam por sete das treze alíneas que registraram importações em todos os 24 anos amostrados. Em termos das importações contínuas, questões climáticas e/ou agrônômicas devem representar os maiores empecilhos para uma maior participação da oferta local no global da demanda doméstica.

Na segunda frente, de importações frequentes, identificam-se papéis relevantes para as frutas (NCM08)¹⁶ e os óleos animais ou vegetais (NCM15).¹⁷ O grupo de alíneas da categoria destas importações é composto de somente sete alíneas NCM em oito dígitos, contra treze no caso das importações contínuas, 26 no das importações pendulares, 39 no exemplo das importações de suprimento ou sazonais e dez no caso das importações ocasionais.

14. Trigo – exceto trigo duro ou para sementeira – e trigo com centeio; milho em grão – exceto para sementeira; arroz (“carga” ou castanho), descascado e não parabolizado; e arroz semibranqueado etc, não parabolizado, polido e brunido.

15. Uvas secas, maçãs frescas e ameixas e abrunhos frescos.

16. Peras frescas e uvas frescas.

17. Azeite de oliva refinado e óleo de soja em estado bruto mesmo degomado.

As alíneas de importações contínuas ou frequentes exigem atenção quanto às melhores fontes de oferta no mercado internacional (volume, regularidade, preço/qualidade) e também quanto à existência ou não (monopólio) de diferentes fornecedores no mercado internacional.

De certa forma, o maior número de alíneas de importações pendulares e/ou de suprimento é razoável à proporção que a importação destes produtos pode ser governada por características sazonais, ou em função de intermitências climáticas que tornem o mercado mais ou menos importador para certos bens finais ou para os insumos de determinados processos produtivos realizados na economia brasileira em dado momento.

As importações pendulares em particular podem ser consideradas um grupo intermediário que demanda estudos específicos. Pode ser válido ampliar produção interna nestes itens? Provavelmente sim em algumas alíneas, desde que sob condições de um melhor adensamento de cadeias¹⁸ processadoras agroindustriais no país.

No âmbito das importações pendulares, destaca-se o grupo dos produtos hortícolas (NCM07),¹⁹ dos óleos animais ou vegetais (NCM15)²⁰ e das preparações alimentícias (NCM21),²¹ contabilizando três alíneas em cada caso.

Por fim, em particular no cenário das importações de suprimento (ou sazonais),²² a demanda local parece já contar com os fluxos de importações correspondentes. Também podem compor produtos que contemplam excessos sazonais de demanda interna, sem condições de campo e/ou de clima minimamente adequadas para uma produção técnica e economicamente competitiva com os produtos oriundos/disponíveis nos mercados globais.

18. Em Bahia (2012), utilizou-se o conceito de complexos setoriais mensurados a preços constantes de 2000. Conquanto a estratégia metodológica tenha sido distinta da colocada neste estudo, também há o argumento da necessidade de aprimoramento do conjunto de serviços mobilizados pelos complexos setoriais, o que – no caso dos produtos agropecuários – implica melhorias nos serviços de extensão rural (suprimentos de insumos e assistência técnica).

19. Outras cebolas frescas ou refrigeradas; outros alhos frescos ou refrigerados; outros feijões comuns, pretos, secos e em grãos.

20. Outros óleos de "palmiste"; outros azeites de oliva; e gorduras e óleos, vegetais, hidrogens. interesterifs. etc.

21. Complementos alimentares; outras preparações alimentícias; leveduras vivas.

22. Destaca-se o grupo dos produtos hortícolas (NCM07) com os seguintes itens: alho para sementeira; azeitonas conserv. com água salgada; feijão comum, preto, seco, para sementeira; feijão comum, branco, seco, para sementeira; outros feijões comuns, secos, para sementeira; cebolas para sementeira; outras ervilhas (*pisum sativum*), secas, em grãos.

Os resultados discutidos encontram-se no quadro 2.

QUADRO 2
Perfil de importações agropecuárias brasileiras: características SH8

NCM	Descrição NCM	Anos de importações	Característica
04022110	Leite integral e em pó – matéria gorda>1.5%; concentr.n/adoc	24	Importação contínua
05040013	Tripas de suínos frescas – refrig. congel.; salgad. defumadas	24	Importação contínua
08062000	Uvas secas	24	Importação contínua
08081000	Maçãs frescas	24	Importação contínua
08094000	Ameixas e abrunhos frescos	24	Importação contínua
10019090	Trigo – exceto trigo duro ou para semeadura; trigo com centeio	24	Importação contínua
10059010	Milho em grão – exceto para semeadura	24	Importação contínua
10062020	Arroz – “cargo” ou castanho; descascado e não parboilizado	24	Importação contínua
10063021	Arroz semibranqueado etc. – não parboilizado, polido ou brunido	24	Importação contínua
11071010	Malte não torrado – inteiro ou partido	24	Importação contínua
12099100	Sementes de produtos hortícolas – para semeadura	24	Importação contínua
15091000	Azeite de oliva – virgem	24	Importação contínua
22083020	Uísques – embalagens de capacidade<=2 litros	24	Importação contínua
08082010	Peras frescas	23	Importação frequente
22042100	Outros vinhos – mostos de uvas; ferm.imped. álcool; recips<=2l	23	Importação frequente
04021010	Leite em pó – matéria gorda<=1,5%; arsênio<5ppm; concentr.adoc.	21	Importação frequente
08061000	Uvas frescas	21	Importação frequente
15099010	Azeite de oliva – refinado	21	Importação frequente
15071000	Óleo de soja - em bruto,mesmo degomado	20	Importação frequente
05111000	Sémen de bovino	19	Importação frequente
02013000	Carnes desossadas de bovino – frescas ou refrigeradas	17	Importação pendular
02023000	Carnes desossadas de bovino – congeladas	17	Importação pendular
11010010	Farinha de trigo	17	Importação pendular
15132910	Outros óleos de “palmiste”	17	Importação pendular
18069000	Outros chocolates e preparações alimentícias contendo cacau	17	Importação pendular
20041000	Batatas preparadas ou conservadas – congeladas	17	Importação pendular
21069030	Complementos alimentares	17	Importação pendular
21069090	Outras preparações alimentícias	17	Importação pendular
04041000	Soro de leite – modificado ou não; mesmo concentrado; adoc.	16	Importação pendular
07031019	Outras cebolas frescas ou refrigeradas	16	Importação pendular
07032090	Outros alhos frescos ou refrigerados	16	Importação pendular
07133319	Outros feijões comuns – pretos, secos ou em grãos	16	Importação pendular
15099090	Outros azeites de oliva	16	Importação pendular
18010000	Cacau inteiro ou partido – em bruto ou torrado	16	Importação pendular

(Continua)

(Continuação)

NCM	Descrição NCM	Anos de importações	Característica
19021900	Outras massas alimentícias – não cozidas, não recheadas etc.	16	Importação pendular
20057000	Azeitonas preparadas/conservadas; não congeladas – exceto em vinagre etc.	16	Importação pendular
23099090	Outras preparações para alimentação de animais	16	Importação pendular
10030091	Cevada cervejeira	15	Importação pendular
21021000	Leveduras vivas	15	Importação pendular
12010090	Outros grãos de soja, mesmo triturados	14	Importação pendular
52010020	Algodão simplesmente debulhado – não cardado nem penteado	14	Importação pendular
52010090	Outros tipos de algodão – não cardado nem penteado	14	Importação pendular
10083090	Alpiste – exceto para sementeira	13	Importação pendular
15162000	Gorduras e óleos – vegetais; hidrogens; interesterif.; etc.	13	Importação pendular
22083010	Uísques; vol.teor alcoólico>50%; recips.capac>=50 l	13	Importação pendular
33012990	Outros óleos essenciais	13	Importação pendular
01021010	Bovinos reprodutores de raça pura – prenhe ou cria ao pé	7	Importação de suprimento
01029090	Outros bovinos vivos	7	Importação de suprimento
01051110	Galos e galinhas – p<=185g, de linha pura/hibrida, para reprodução	7	Importação de suprimento
02062200	Fígados de bovino – congelados	7	Importação de suprimento
04051000	Manteiga	7	Importação de suprimento
04059010	Óleo butírico de manteiga (<i>butter oil</i>)	7	Importação de suprimento
04069010	Queijos contendo teor de umidade<36%,em peso (massa dura)	7	Importação de suprimento
07032010	Alho para sementeira	7	Importação de suprimento
07112010	Azeitonas conservadas com água salgada	7	Importação de suprimento
07133311	Feijão comum – preto; seco; para sementeira	7	Importação de suprimento
07133321	Feijão comum – branco; seco; para sementeira	7	Importação de suprimento
07133391	Outros feijões comuns – secos; para sementeira	7	Importação de suprimento
08023100	Nozes frescas ou secas, com casca	7	Importação de suprimento
08132010	Ameixas secas, com caroço	7	Importação de suprimento
10030010	Cevada para sementeira	7	Importação de suprimento
10063011	Arroz semibranqueado etc. – parboilizado; polido; brunido	7	Importação de suprimento
10083010	Alpiste para sementeira	7	Importação de suprimento
12010010	Soja para sementeira	7	Importação de suprimento
12102010	Cones de lúpulo – triturados, moidos ou em <i>pellets</i>	7	Importação de suprimento
15020012	Sebo bovino – fundido	7	Importação de suprimento
20029010	Sucos de tomates	7	Importação de suprimento
21069010	Outras preparações para elaboração de bebidas	7	Importação de suprimento
22072010	Álcool etílico desnaturado com qualquer teor alcoólico	7	Importação de suprimento
23099040	Preparações contendo diclazuril, utilizado na alimentação de animais	7	Importação de suprimento
41021000	Peles em bruto – de ovinos, com lã	7	Importação de suprimento
52010010	Algodão não debulhado – não cardado nem penteado	7	Importação de suprimento

(Continua)

(Continuação)

NCM	Descrição NCM	Anos de importações	Característica
53012120	Linho espadelado, mas não fiado	7	Importação de suprimento
01029011	Outros bovinos para reprodução – prenhe ou com cria ao pé	6	Importação de suprimento
07031011	Cebolas para semeadura	6	Importação de suprimento
07131090	Outras ervilhas (<i>pisum sativum</i>) – secas; em grãos	6	Importação de suprimento
08011110	Cocos secos – sem casca; mesmo ralados	6	Importação de suprimento
09093000	Sementes de cominho	6	Importação de suprimento
10061010	Arroz (<i>paddy</i>) com casca – para semeadura	6	Importação de suprimento
13021300	Sucos e extratos – de lúpulo	6	Importação de suprimento
15132110	Óleo de “palmiste” – em estado bruto	6	Importação de suprimento
20087010	Pêssegos preparados/conservados em água edulcorada – inclusive xarope	6	Importação de suprimento
22030000	Cervejas de malte	6	Importação de suprimento
22071000	Álcool etílico não desnatado c/vol.teor alcoólico>=80%	6	Importação de suprimento
33012510	Óleo essencial – de menta japonesa (<i>mentha arvensis</i>)	6	Importação de suprimento
02011000	Carcaças e meias carcaças de bovino – frescas ou refrigeradas	5	Importação ocasional
07134010	Lentilhas secas – para semeadura	5	Importação ocasional
10064000	Arroz quebrado (trinca de arroz)	5	Importação ocasional
13021940	Sucos e extratos – valepotriatos	5	Importação ocasional
13023910	Produtos mucilaginosos e espessantes – de carragenina	5	Importação ocasional
24012030	Fumo não manufaturado total/parc.destal.fls.secas etc. – virginia	5	Importação ocasional
24012040	Fumo não manufaturado total/parc.destal.fls.secas – tipo burley	5	Importação ocasional
24039100	Fumo manufaturado – <i>homogeneizado</i> ou <i>reconstituído</i>	5	Importação ocasional
33012913	Óleo essencial – de pau santo (<i>bulnesia sarmientol</i>)	5	Importação ocasional
41039000	Peles em bruto – de outros animais	5	Importação ocasional

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi mapear que produtos agropecuários são constante ou regularmente importados pelo Brasil. Subsidiariamente, pretendeu-se discutir as eventuais vulnerabilidades associadas.

Os resultados do estudo apontaram a substantiva queda do valor médio das importações agropecuárias frente ao valor médio das importações totais. Este resultado declinou de 1,26 em 1989 para 0,53 ao longo do período avaliado, registrando-se em 2012 uma queda da ordem de 58% (frente a 1989) e de 35% (frente à média da série). Já a proporção de alíneas agropecuárias nas importações agregadas flutuou em torno da marca histórica (1989-2012) de 10% das alíneas totais de importações brasileiras.

Notou-se também grande incidência de importações para as classes dos produtos hortícolas (NCM07), cereais (NCM10), frutas (NCM08) e óleos animais ou vegetais (NCM15). Em segundo plano, não podem ser desconsideradas as importações de leite e laticínios (NCM04), bebidas e vinagres (NCM22), animais vivos (NCM01), carnes e miudezas (NCM02), sementes e oleaginosos (NCM12), preparações de hortícolas (NCM20) e preparações alimentícias (NCM21).

A maioria das alíneas detectadas caracterizou importações pendulares ou de suprimento/sazonais, o que, de certa forma, sinaliza a capacidade de oferta de produto agropecuário local, em termos de abastecimento da demanda doméstica.

Na categoria de importações contínuas, devem ser realçados os cereais (NCM10) e as frutas (NCM08), que responderam por sete das treze alíneas que registraram importações em todos os 24 anos amostrados. Na segunda frente, de importações frequentes, identificam-se papéis relevantes para as frutas (NCM08) e os óleos animais ou vegetais (NCM15). O grupo de alíneas da categoria destas últimas importações é composto de somente sete alíneas, definindo-se como o menor entre os grupos identificados.

O crescimento de número de alíneas de importações pendulares e/ou de suprimento/sazonais é razoável, à proporção que a importação destes produtos pode ser governada por fatores temporários, ou em função de intermitências climáticas que tornem o mercado interno brasileiro mais ou menos importador para certos bens finais ou para os insumos de determinados processos produtivos em operação na economia nacional, não se descartando eventual sensibilidade à taxa de câmbio vigente.

No âmbito das importações pendulares, destaca-se o grupo dos produtos hortícolas (NCM07), dos óleos animais ou vegetais (NCM15) e das preparações alimentícias (NCM21), contabilizando três alíneas em cada caso. Estas importações em particular podem ser consideradas um grupo intermediário que demanda estudos específicos.

Em particular no cenário das importações de suprimento/sazonais, a demanda local parece já contar com os fluxos de importações correspondentes. Também podem compor produtos que passam por picos sazonais de demanda interna e/ou ausência de condições de campo/clima minimamente adequadas para uma produção técnica e economicamente competitiva face aos ofertantes internacionais.

Uma observação importante em termos de política pública é que, conquanto se observe tendência de crescimento das despesas de importações em bens agropecuários finais, o peso participativo destes nas importações totais vem declinando. Provavelmente, a disponibilidade de oferta alimentar importada opera, no mínimo, para arrefecer movimentos altistas no preço interno de itens alimentares.

Por fim, anotam-se argumentos para possíveis continuidades do trabalho.

No caso das importações contínuas, questões climáticas e/ou agrônômicas devem representar os maiores empecilhos para uma maior participação da oferta local no global da demanda doméstica. Estes casos pedem atenção quanto às melhores fontes de oferta internacional (volume, regularidade, preço/qualidade) e também quanto à existência ou não de diferentes fornecedores no mercado internacional. Também relevante seria a replicação do trabalho desenvolvido neste estudo em termos das NCMs que compõem as importações estratégicas para as operações a montante da produção agropecuária *stricto sensu* – ou seja, importações de defensivos agrícolas e fertilizantes. Neste trabalho, foram analisados os bens finais agropecuários importados pelo país, o que mereceria ser complementado por avaliação equivalente em nível dos insumos empregados pelas respectivas unidades produtivas.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; CONTINI, E. A modernização da agricultura brasileira. *In*: BRANDÃO, A.S.P. (Ed.). **Os principais problemas da agricultura brasileira**: análises e sugestões. 2. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 1992. (Série PNPE, n. 18).

BAHIA, L. D. **Desempenho produtivo das cadeias exportadoras brasileiras no período 2000-2007**. Brasília: Ipea, 2012. 48 p. (Texto para Discussão, n. 1.802).

BALASSA, B. **Trade liberalisation and revealed comparative advantage**. Washington: World Bank, 1965.

BARROS, A. L. M. **Capital, produtividade e crescimento da agricultura**: o Brasil de 1970 a 1995. 1999. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1999.

BARROS, J. R. M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2 (66), abr./jun. 1997.

BONELLI, R.; MALAN, P. S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 353-406, ago. 1976.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Correlação de nomenclaturas**: NCM x NBM. Disponível em: <<http://goo.gl/q6PHjn>>. Acesso em: abr./jun. 2012.

_____. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://goo.gl/3CJmFy>>. Acesso em: jan./mar. 2013.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. **Estatística básica**. São Paulo: Atual, 1987. 322 p.

CARVALHO FILHO, J. J. A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 173-193, 1995.

CASTRO, A. B. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. *In*: **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **IPC** - grupo: alimentação - RMS - var. - (% a.m.). Disponível em: <<http://goo.gl/Gqnrww>>. Acesso em: jun. 2013.

FREITAS, R. E. **Análise de desempenho externo do setor agropecuário**. (Relatório final de pesquisa). Brasília: Ipea, 2012. 20 p.

GIBSON, P. *et al.* **Profiles of tariffs in global agricultural markets**. Washington: USDA, 2001. 44 p.

GUJARATI, D. **Basic Econometrics**. Singapore: Mc Graw Hill, 1995. 838 p.

GUTMAN, G. E., MIOTTI, L. E. **Exportaciones agroindustriales de América Latina y el Caribe**: especialización, competitividad y oportunidades comerciales en los mercados de la OCDE. Santiago: CEPAL, 1996.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, p. 491-515, jul. 1998. Número especial.

HOMEM DE MELLO, F. O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n. 4 (76), out./dez.1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação**: IPCA. Disponível em: <<http://goo.gl/VuM4kd>>. Acesso em: jun. 2013.

_____. **IPCA** - alimentos e bebidas - var. Disponível em: <<http://goo.gl/cMYiKM>>. Acesso em: jun. 2013.

_____. **IPCA** - habitação - var. Disponível em: <<http://goo.gl/syw34t>>. Acesso em: jun. 2013.

JOHNSON, G. Population, food, and knowledge. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 90, n. 1, p. 1-4, 2000.

LAFAY, G. Mesure des avantages comparatifs révélés. **Économie Perspective Internationale**, Paris, n. 41, 1990.

MARCONDES, R. L. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: trinta anos depois. **Economia & Empresa**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 56-65, abr./jun. 1995.

SANTO, B. R. E. Brazil in the world dairy market. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 19, n. 1, jan./fev./mar. 2010.

SARTORIS, A. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003. 426 p.

SIQUEIRA, K. B. *et al.* Competitividade do leite em pó integral brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 21, n. 3, jul./set. 2012.

UNITED NATIONS (UN). **World population prospects: the 2010 revision**. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/Excel-Data/population.htm>, Total Population - Both Sexes. Acesso em: 21 set. 2011.

VIEIRA, R. C. M. T. *et al.* (Org.). **Cadeias produtivas no Brasil: análise de competitividade**. Brasília: Embrapa; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 469 p

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **Agreement on agriculture**. Disponível em: <http://goo.gl/T8mzxB>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. **Understanding the WTO: the organization. Members and observers**. Disponível em: <http://goo.gl/4RIV3w>. Acesso em: 10 mar. 2013.

APÊNDICE

Apêndice A

QUADRO A. 1

Alíneas agropecuárias selecionadas (D1) nas importações brasileiras (1989-2012)

Código NCM	Descrição NCM	Descrição NCM2
01021010	Bovinos reprodutores de raça pura – prenhes; com cria ao pé	Animais vivos (01)
01029011	Outros bovinos para reprodução – prenhes; com cria ao pé	Animais vivos (01)
01029090	Outros bovinos vivos	Animais vivos (01)
01051110	Galos e galinha – p<=185g; de linha pura; híbrida ou para reprodução	Animais vivos (01)
02011000	Carcaças e meias carcaças de bovino – frescas ou refrigeradas	Carnes e miudezas (02)
02013000	Carnes desossadas de bovino – frescas ou refrigeradas	Carnes e miudezas (02)
02023000	Carnes desossadas de bovino – congeladas	Carnes e miudezas (02)
02062200	Fígados de bovino – congelados	Carnes e miudezas (02)
04021010	Leite em pó – matéria gorda<=1,5%; arsênio<5ppm; concentr.adoc.	Leite e laticínios (04)
04022110	Leite integral – em pó; matéria gorda>1,5%; concentr.n/adoc	Leite e laticínios (04)
04041000	Soro de leite – modificado ou não; mesmo concentrado; adoc.	Leite e laticínios (04)
04051000	Manteiga	Leite e laticínios (04)
04059010	Óleo butírico de manteiga (<i>butter oil</i>)	Leite e laticínios (04)
04069010	Queijos contendo teor de umidade<36%, em peso (massa dura)	Leite e laticínios (04)
05040013	Tripas de suínos – frescas, refrigeradas, congeladas, salgadas e defumadas	Outros itens de origem animal (05)
05111000	Sêmen de bovino	Outros itens de origem animal (05)
07031011	Cebolas para semeadura	Produtos hortícolas (07)
07031019	Outras cebolas frescas ou refrigeradas	Produtos hortícolas (07)
07032010	Alho para semeadura	Produtos hortícolas (07)
07032090	Outros alhos frescos ou refrigerados	Produtos hortícolas (07)
07112010	Azeitonas conservadas com água salgada	Produtos hortícolas (07)
07131090	Outras ervilhas (<i>pisum sativum</i>) – secas; em grãos	Produtos hortícolas (07)
07133311	Feijão comum – preto; seco; para semeadura	Produtos hortícolas (07)
07133319	Outros feijões – comuns; pretos; secos; em grãos	Produtos hortícolas (07)
07133321	Feijão comum – branco; seco; para semeadura	Produtos hortícolas (07)
07133391	Outros feijões – comuns; secos; para semeadura	Produtos hortícolas (07)
07134010	Lentilhas secas – para semeadura	Produtos hortícolas (07)
08011110	Cocos secos – sem casca; mesmo ralados	Frutas (08)
08023100	Nozes frescas ou secas – com casca	Frutas (08)
08061000	Uvas frescas	Frutas (08)
08062000	Uvas secas	Frutas (08)
08081000	Maçãs frescas	Frutas (08)
08082010	Peras frescas	Frutas (08)
08094000	Ameixas e abrunhos – frescos	Frutas (08)
08132010	Ameixas secas – com caroço	Frutas (08)
09093000	Sementes de cominho	Café e mates (09)
10019090	Trigo – com exceção de trigo duro ou para semeadura – e trigo com centeio	Cereais (10)

(Continua)

(Continuação)

Código NCM	Descrição NCM	Descrição NCM2
10030010	Cevada para sementeira	Cereais (10)
10030091	Cevada cervejeira	Cereais (10)
10059010	Milho em grão – exceto para sementeira	Cereais (10)
10061010	Arroz (<i>paddy</i>) com casca – para sementeira	Cereais (10)
10062020	Arroz (“cargo” ou castanho) – descascado; não parboilizado	Cereais (10)
10063011	Arroz semibranqueado etc. – parboilizado; polido; brunido	Cereais (10)
10063021	Arroz semibranqueado etc. – não parboilizado; polido; brunido	Cereais (10)
10064000	Arroz quebrado (trinca de arroz)	Cereais (10)
10083010	Alpiste – para sementeira	Cereais (10)
10083090	Alpiste – exceto para sementeira	Cereais (10)
11010010	Farinha de trigo	Malte, amidos e féculas (11)
11071010	Malte não torrado – inteiro ou partido	Malte, amidos e féculas (11)
12010010	Soja – para sementeira	Sementes e oleaginosos (12)
12010090	Outros grãos de soja – mesmo triturados	Sementes e oleaginosos (12)
12099100	Sementes de produtos hortícolas – para sementeira	Sementes e oleaginosos (12)
12102010	Cones de lúpulo – triturados ou moídos, ou em <i>pellets</i>	Sementes e oleaginosos (12)
13021300	Sucos e extratos – de lúpulo	Gomas e resinas vegetais (13)
13021940	Sucos e extratos – valepatriatos	Gomas e resinas vegetais (13)
13023910	Produtos mucilaginosos e espessantes – de carragenina	Gomas e resinas vegetais (13)
15020012	Sebo bovino – fundido	Óleos animais ou vegetais (15)
15071000	Óleo de soja – em ruto, mesmo degomado	Óleos animais ou vegetais (15)
15091000	Azeite de oliva – virgem	Óleos animais ou vegetais (15)
15099010	Azeite de oliva – refinado	Óleos animais ou vegetais (15)
15099090	Outros azeites de oliva	Óleos animais ou vegetais (15)
15132110	Óleo de “palmiste” – em bruto	Óleos animais ou vegetais (15)
15132910	Outros óleos de “palmiste”	Óleos animais ou vegetais (15)
15162000	Gorduras e óleos – vegetais; hidrogens; interesterifs; etc.	Óleos animais ou vegetais (15)
18010000	Cacau inteiro ou partido – em bruto ou torrado	Cacau e preparações (18)
18069000	Outros chocolates e preparações alimentícias contendo cacau	Cacau e preparações (18)
19021900	Outras massas alimentícias – não cozidas; não recheadas etc.	Preparações de cereais (19)
20029010	Sucos de tomates	Preparações de hortícolas (20)
20041000	Batatas preparadas ou conservadas – congeladas	Preparações de hortícolas (20)
20057000	Azeitonas preparadas – conservadas; não congeladas – com exceção do vinagre; etc.	Preparações de hortícolas (20)
20087010	Pêssegos preparados – conservados em água edulcorada – inclusive xarope	Preparações de hortícolas (20)
21021000	Leveduras vivas	Preparações alimentícias (21)
21069010	Outras preparações para elaboração de bebidas	Preparações alimentícias (21)
21069030	Complementos alimentares	Preparações alimentícias (21)
21069090	Outras preparações alimentícias	Preparações alimentícias (21)
22030000	Cervejas de malte	Bebidas e vinagres (22)
22042100	Outros vinhos – mostos de uvas; ferm. imped. álcool; recips<=2 l	Bebidas e vinagres (22)
22071000	Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcóolico>= 80%	Bebidas e vinagres (22)
22072010	Álcool etílico desnaturado com qualquer teor alcóolico	Bebidas e vinagres (22)
22083010	Uísques com volume de teor alcóolico>50% – recips. capac>= 50 l	Bebidas e vinagres (22)

(Continua)

(Continuação)

Código NCM	Descrição NCM	Descrição NCM2
22083020	Uísques – embalagens de capacidade<=2 litros	Bebidas e vinagres (22)
23099040	Preparações contendo diclazuril, utilizado na alimentação de animais	Resíduos de ind. alimentares (23)
23099090	Outras preparações para alimentação de animais	Resíduos de ind. alimentares (23)
24012030	Fumo n/manuf. total/ parc. destal. fls. secas etc. – virginia	Tabaco e manufaturados (24)
24012040	Fumo n/manuf.t otal/ parc. destal. fls. secas – tipo <i>burley</i>	Tabaco e manufaturados (24)
24039100	Fumo manufaturado – <i>homogeneizado</i> ou <i>reconstituído</i>	Tabaco e manufaturados (24)
33012510	Óleo essencial – de menta japonesa (<i>mentha arvensis</i>)	Óleos essenciais e resinoides (33)
33012913	Óleo essencial – de pau santo (<i>bulnesia sarmientol</i>)	Óleos essenciais e resinoides (33)
33012990	Outros óleos essenciais	Óleos essenciais e resinoides (33)
41021000	Peles em estado bruto – de ovinos com lã	Peles e couros (41)
41039000	Peles em estado bruto – de outros animais	Peles e couros (41)
52010010	Algodão não debulhado – não cardado nem penteado	Algodão (52)
52010020	Algodão simplesmente debulhado – não cardado nem penteado	Algodão (52)
52010090	Outros tipos de algodão – não cardado nem penteado	Algodão (52)
53012120	Linho espadelado, mas não fiado	Outras fibras têxteis vegetais (53)

Fonte: resultados do estudo com base em Brasil (2013).

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Barbara Pimentel (estagiária)

Karen Aparecida Rosa (estagiária)

Tauânara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Buenos

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

